

CONSTRUIR UM NOVO MARCO REGULATÓRIO DA POSSE E USO DOS RECURSOS NATURAIS

Promover a arrecadação de áreas públicas e o acesso seguro ao direito à propriedade, como forma de apoiar a inclusão social e o desenvolvimento de atividades produtivas em bases sustentáveis e efetivar a governabilidade sobre o patrimônio fundiário estadual.

FORTALECER A PRODUÇÃO DE BASE FAMILIAR COM SUSTENTABILIDADE

Consolidar os sistemas familiares de produção, por meio da internalização de tecnologia, conhecimento (processos de aprendizagem) e diversificação produtiva adequados às potencialidades regionais, visando à dinamização econômica e social em bases sustentáveis e a redução de impactos ambientais negativos.

DINAMIZAR AS ECONOMIAS LOCAIS EM BASES SUSTENTÁVEIS

Promover o aperfeiçoamento e a diversificação de cadeias e arranjos produtivos locais, segundo os critérios de sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural, respeitando as características e potencialidades locais.

PROMOVER O TURISMO SUSTENTÁVEL

Ampliar a qualidade e a atratividade dos produtos turísticos, visando à implantação de projetos ambientais, sociais, culturais e economicamente sustentáveis.

ATRAIR NOVOS INVESTIMENTOS PARA O ESTADO

Criar as condições necessárias incluindo a garantia da segurança pública para a atração de novos investimentos que possam contribuir para a verticalização da produção mineral, do agronegócio e do turismo, e à formação das cadeias produtivas.

MELHORAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E ENERGÉTICA

Ampliar e melhorar a acessibilidade de interligação entre as diversas regiões do Estado, com a utilização de projetos intermodais de transporte, e a qualidade da energia fornecida no território paraense, fomentando também a utilização de energias alternativas (eólica, solar e mini-hídricas) para fins de abastecimento da demanda local.

Diretriz 2 – PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL

É prioritário o atendimento da parcela da população paraense que apresenta diferenças sociais e biológicas vitais, com o intuito de reduzir as desigualdades entre as regiões e os cidadãos. Medidas e desafios devem ser perseguidos, dentre os quais a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Pará no contexto geral e no âmbito municipal, por meio da execução de políticas de desenvolvimento econômico e social que elevem os indicadores adotados no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio para a região amazônica.

Na área da justiça e segurança, os objetivos de governo gravitam em torno de dois eixos fundamentais interligados entre si: a ampliação do acesso à Justiça e a promoção da cidadania e dos direitos humanos.

Para assegurar a melhoria do acesso à Justiça, as ações de governo irão priorizar a construção e/ou adaptação de prédios e equipamentos voltados à realização dessa atividade, contemplando todas as regiões de integração do Estado, principalmente as áreas de vulnerabilidade social.

No que se refere à promoção e proteção dos direitos humanos e da cidadania, as ações estão direcionadas à reestruturação da política de assistência social e da função de seguridade social, desenvolvendo ações articuladas nas áreas de assistência social, trabalho e renda. Nesse sentido, pretende-se revitalizar e ampliar os Conselhos Interativos de Justiça e Cidadania, com ampla participação de representantes da sociedade civil organizada.

Na segurança pública, o governo tem como meta prioritária a redução dos índices de violência e criminalidade no Pará, adotando como postulados básicos a firmeza da atuação policial, com observância do equilíbrio entre a segurança coletiva e os direitos individuais, a melhoria da gestão e a integração operacional e compartilhamento de informações entre as Polícias Civil e Militar, a modernização da infraestrutura e equipamentos das polícias, sobretudo dos sistemas de inteligência, e investimentos na capacitação de recursos humanos, e, ainda, a ampliação da rede de delegacias e quartelamentos, assim como as ações de polícia comunitária. Ainda na área da Segurança e Cidadania, o governo propõe implantar, em conjunto com o Judiciário, os juizados especiais criminais com a mesma circunscrição das seccionais.

Outro objetivo é alterar a situação apontada pelos diversos indicadores apurados pelo Ministério da Educação relativos à qualidade do ensino no Estado do Pará, impondo a aplicação de procedimentos e medidas emergenciais nos diversos níveis da educação.

A escola precisa ser resgatada como espaço de formação de cidadãos, com a valorização de alunos e professores. O objetivo é modernizar e fortalecer a gestão e o planejamento do sistema educacional, promovendo uma real descentralização, com articulação e simplificação de ações nos níveis estrutural e operacional, com ênfase na capacitação e qualificação continuada dos professores. Para tanto, é necessário atuar em todos os níveis de ensino: educação básica, ensino profissionalizante, ensino de jovens e adultos, ensino especial, e ensino superior.

É necessário, também, maior empenho para a redução do número de pessoas analfabetas, propiciando o resgate da cidadania. Para o ensino especial, o objetivo consiste em intensificar as ações de acesso e inclusão da criança e do jovem especial nas atividades desenvolvidas pelos diferentes programas sociais, adequando os espaços físicos das escolas e capacitando o magistério para o atendimento dessa população, tornando-a socialmente produtiva.

Dentre os objetivos mais significativos vinculados à área cultural, estão a requalificação, a manutenção e a recuperação urgente dos espaços, equipamentos e bens artísticos do Estado.

Na área de Saúde, o objetivo de grande relevância é colocar em pleno funcionamento os Hospitais Regionais, levando atendimento de qualidade e serviços de média e alta complexidade à população residente nas áreas de abrangência desses hospitais; criar condições efetivas para consolidar a atenção básica de saúde nos municípios, resgatando a estratégia de Saúde da Família; e, ainda, estabelecer estratégias para desenvolver e ampliar a vigilância à saúde, em parceria com os municípios, bem como fortalecer a Atenção Primária que, embora de responsabilidade dos municípios, configura-se como um dos objetivos da gestão estadual para essa área.

Integrada às demais políticas públicas de cunho social, a assistência social visa contribuir para a universalização dos direitos sociais, enfrentando a pobreza extrema e provendo condições mínimas para o atendimento a contingências sociais. O principal objetivo é garantir o acesso a bens e serviços aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e pessoal. Nesse sentido, destacam-se as ações de transferência de renda que se contrapõem à situação de pobreza e vulnerabilidade, que abarca significativa parcela da população paraense.